

POLUIÇÃO

VALE VOLTA A OPERAR EMPRESA TERÁ QUE CONTROLAR O PÓ PRETO

Liminar da Justiça autorizou o funcionamento dos píeres

✉ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A mineradora Vale volta a operar com os píeres de minério e o de carvão do Complexo de Tubarão, mas terá que adotar um conjunto de medidas de controle da poluição. A decisão da Justiça Federal, em caráter liminar, estabelece prazo de 60 dias para que a empresa faça a contenção do pó preto que atinge o ar e o mar.

A empresa afirma que o retorno às atividades foi imediato. Mas, na última quinta-feira, o delegado de Crimes Ambientais, Décio Ferreira Neto, que conduz as investigações, informou que os lacres colocados nos equipamentos – guindastes e esteira transportadora de minério – na última quinta-feira, só poderiam ser retirados por eles.

Acrescentou ainda que um documento de interdição foi assinado pelos dirigentes da empresa, no momento da interdição, e que eles receberiam um novo documento. “Tudo faz parte do inquérito”, assinou o delegado.



AGÊNCIA VALE

Atividades do Complexo Portuário de Tubarão foram suspensas na última quinta-feira pela Polícia Federal

INTERDIÇÃO

As atividades da Vale haviam sido suspensas na última quinta-feira, por determinação da Justiça Federal Criminal, de Vitória. Decisão revogada ontem pelo juiz federal Vigdor Teitel.

Dentre as exigências para que a empresa volte a operar

está a adoção de “novas medidas práticas de contenção com vistas a estancar ou reduzir ao mínimo as emissões de partículas de pó na atmosfera e os resíduos despejados no mar de Vitória”. E ela deverá utilizar as técnicas mais modernas e eficazes dentre as que já foram

indicadas nos relatórios presentes no processo.

A mineradora terá ainda que produzir relatório ambiental detalhado sobre as medidas a serem adotadas, que contenham inclusive os índices de despejamento e emissão de pó de minério e carvão. O

trabalho deverá ser feito por perito independente e de fora de seus quadros funcionais da empresa.

Outra exigência é que seja permitida aos policiais federais que conduzem a investigação ou aos agentes técnicos por ela indicados, pleno acesso às instalações

da empresa, para que possam fazer o monitoramento para as investigações.

A Vale também deverá informar quando for fazer o monitoramento das chaminés, para que os policiais possam acompanhar os trabalhos, se avaliarem que é necessário.

Na avaliação do juiz, as medidas por ele propostas “são menos gravosas do que a completa paralisação das atividades empresariais”. Por outro lado, pondera ele, “implicam adoção prática de novas técnicas de contenção de resíduos em curto prazo e a completa e necessária colaboração da empresa com a atividade policial”.

Se elas não forem cumpridas, a empresa poderá ser multada no valor de 2/30 do faturamento ou ter as atividades novamente interdidas.

VEJA NA WEB

www.gazetaonline.com.br



LEIA
A íntegra da decisão que liberou o retorno das operações.

TRECHOS DA DECISÃO

“O despejo in natura de minério de ferro no mar e de pó de carvão na atmosfera é fato que tem embasamento nos documentos acostados”

“Esses elementos são indicativos da emissão de efluentes na atmosfera e no mar de Vitória e em alguns desses documentos técnicos há sim referência a potencialidade lesiva dessas emissões tanto à fauna quanto à saúde humana”

“Há relatos descritos nas várias dezenas de mensagens eletrônicas de cidadãos de Vitória, sendo certo que essas mensagens não podem, num contexto tão convergente, serem simplesmente descartadas”

“É também objeto das já mencionadas ações civis públicas, sendo certo que àquela em tramitação na Justiça Estadual, trata de questionar os métodos insuficientes adotados pela empresa ArcelorMittal para o controle de emissão de poluentes no ar”

“Verifico que vários dos relatórios juntados (e não são todos aqueles referidos pelo juiz – único a dispor de pleno acesso ao processo), trazem indicações acerca de métodos mais eficazes do que os atualmente praticados pela empresa”

POLUIÇÃO

EMPRESA JÁ RETOMOU O TRABALHO NOS PÍERES

Vale havia informado que deixava de exportar 200 mil toneladas de minério

▄ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

A Vale informou que retomou suas operações no Complexo de Tubarão ainda na noite de ontem. Os funcionários da empresa que atuam no local – que não tinham sido dispensados em decorrência da interdição –, começaram a preparar os píeres para o atracamento dos navios. Um deles para descarregar carvão e outro para carregar o minério que será exportado.

A empresa, por intermédio de nota, não informou o prejuízo resultante dos cinco dias de interdição promovida por decisão da Justiça Federal. Mas no recurso apresentado pela empresa, ela informou que seu prejuízo diário era de R\$ 35 milhões, o que totalizaria nestes cinco dias um volume de R\$ 185 milhões.

Também por nota, a mineradora já havia infor-

PREJUÍZO

R\$ 185
milhões

Prejuízo da Vale com os cinco dias de interdição no Complexo de Tubarão.

mado que, por dia, deixava de exportar 200 mil toneladas de minério de ferro. Também não importava cerca de 44 mil toneladas de carvão, por dia, para suas operações e de outras empresas, como é o caso da ArcelorMittal.

RECURSO

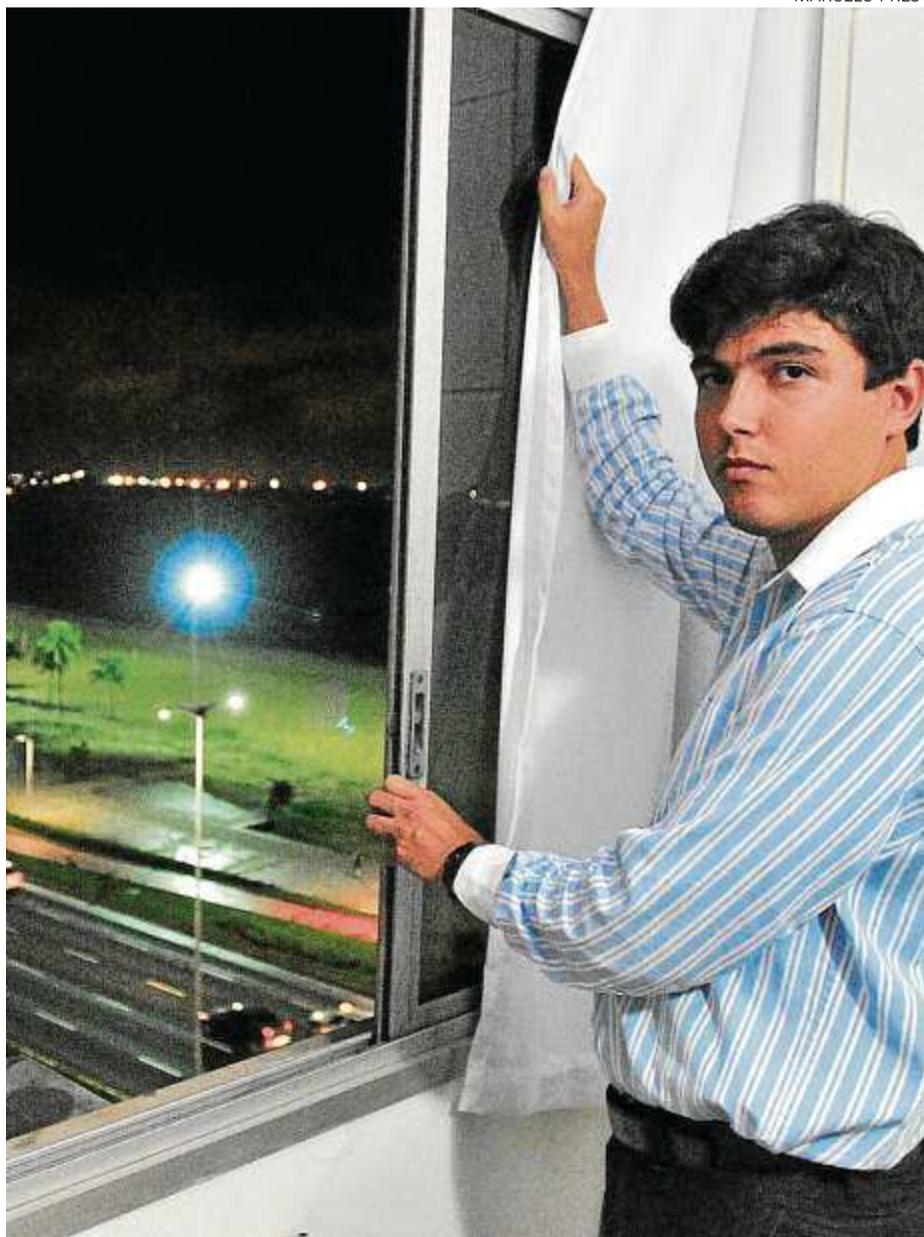
O recurso apresentado pela Vale contra a interdição foi assinado pelo advogado Sérgio Bermudes, que lidera uma banca de 91 advogados e sete colaboradores. Nele a empresa informou que toda a ativida-

de de mineração desenvolvida pela Vale na região Sudeste estava inviabilizada.

Destaca ainda que a decisão era “destituída de qualquer fundamento plausível ou razoável” e que gera prejuízos diários para a empresa de R\$ 35 milhões e que estaria “deixando ociosas, só no complexo portuário, mais de 20 mil pessoas”, diz o texto.

Além do processo referente à interdição, na última quinta-feira a Prefeitura de Vitória multou as empresas Vale e ArcelorMittal em R\$ 68 milhões. O total, que será partilhado pelas duas, refere-se a cinco tipos de multas.

A maior delas – de mais de R\$ 30 milhões – foi por “provocar continuamente a degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente”, segundo texto do decreto que deu base às multas.



Paulo Vitor questiona se a empresa vai cumprir com as adequações pedidas

Moradores e ambientalistas veem decisão com cautela

▄ Mesmo com a retomada das atividades no porto de Tubarão, o presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi, classificou a decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro como um avanço para o Espírito Santo, já que agora a Vale terá um tempo determinado para fazer as adequações necessárias no porto para preservar o meio ambiente.

“Entendemos que o juiz acatou todas as argumentações da Polícia Federal.

O mais importante é que estamos seguindo o caminho da federalização da poluição na ponta de Tubarão. A expectativa é que vamos ter uma outra situação e que agora a empresa vai ser fiscalizada pela Polícia Federal a qualquer momento. Ela vai ter que trabalhar de modo diferente do que vinha trabalhando nos últimos 50 anos”, pontua Moreschi.

Para o morador e membro da Associação de Moradores da Mata da Praia,

Paulo Vitor Aquino Dal'Col, a decisão é vista com cautela, pois não se sabe até que ponto as adequações serão cumpridas. “Temos a esperança de que com a empresa sentindo no bolso o prejuízo, ela passe a valorizar o meio ambiente. A Justiça fez o que os órgãos estaduais e municipais deveriam ter feito. Mas os moradores e associações vão continuar empenhados para que a condicionante seja cumprida, diminuindo os danos a nossa saúde”.

Juiz da liminar volta a criticar companhia

▄ Na tarde de ontem, o juiz que concedeu a liminar interdita as atividades de carvão e de minério do Complexo de Tubarão fez severas críticas ao embargo apresentado pela mineradora à Justiça Federal.

As declarações de Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa, da 1ª Vara Federal Criminal, estão

em ofício encaminhado ao juiz que suspendeu a interdição, Vigdor Teitel.

No documento ele destaca que, com base nas informações da empresa sobre os investimentos socioambientais de R\$ 800 milhões: “Cuida-se da riqueza aparentemente gerada em 23 dias de operação”, pontuou o juiz,

acrescentando ainda: “Esse número permite compreender o exato motivo pelo qual a decisão combatida não viola direito líquido e certo da impetrante (empresa)”.

Foi pontuado ainda que sua decisão foi motivada para que se cessasse a “atividade criminosa por meio da adoção de medi-

das eficazes para evitar a emissão de poeira de carvão no ar e de pó de minério no mar de Vitória”.

Mesmo assim, assinala, “nenhuma linha sequer está dedicada (no recurso) a descrever medidas tendentes a impedir a repetição de tais fatos”, acrescenta Marcus Vinicius em seu ofício.

ESQUECER

“A Vale parece esquecer que o despejo in natura de minério no mar ou pó de cavão na atmosfera ganham contornos de ilícitos criminais”

MARCUS V. F.O. COSTA
JUIZ FEDERAL

Por último destaca que na Lei de Crimes Ambientais para o crime de risco basta que a poluição “possa resultar em danos à saúde humana”. e lembra que, em geral, os danos aparecem ao longo dos anos de exposição a elementos nocivos. “Sendo inconcebível que se aguardem os sintomas da contaminação para apenas então se tomarem as medidas cabíveis”, disse o juiz.

POLUIÇÃO

DIVULGAÇÃO



Representantes de bairros, além do Conselho Popular de Vitória (CPV), participam da organização do movimento e passam a divulgar o manifesto em suas regiões

MORADORES ASSINAM MANIFESTO CONTRA O PÓ

Documento foi elaborado em conjunto por associações

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Pelo menos oito associações de moradores de Vitória já aderiram a um manifesto de apoio à decisão da Justiça Federal sobre a interdição do complexo portuário de Tubarão. O documento foi elaborado em conjunto pelas entidades durante uma reunião que aconteceu na tarde de ontem, na Ilha do Frade.

Representantes de bairros como Praia do Canto, Santa Helena, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Mata da Praia e Jardim da Penha, além do Conselho Popular de Vitória (CPV) e da Associação de Amigos da Praia de Camburi (AAPC), participam da organização do movimento e a partir de hoje passam a divulgar o manifesto em suas regiões.

De acordo com Paulo Victor Aquino Dal'Col, que esteve no encontro represen-



FERNANDO MADEIRA

Alívio

O engenheiro Mathias José Kreutz, 32, se surpreendeu com a redução do pó preto em seu apartamento, na Enseada do Suá, nos últimos dias. "Não juntou pó, mesmo com a janela aberta".

tando a associação de moradores da Mata da Praia, o objetivo do documento é mostrar o posicionamento dos moradores da Capital diante dos problemas gerados pelo pó preto.

"A ideia é mostrar a realidade local e dizer que as comunidades são a favor da medida da Polícia Federal e da Justiça Federal", afirma. Segundo Paulo Vitor, a realização de outras ações, co-



FERNANDO MADEIRA

Menos pó preto

Olhando para o piso e as janelas de seu apartamento em Jardim Camburi, o advogado Sandro Chiabai, 44, nota a diferença: "Houve uma redução substancial da sujeira nos últimos dias".

mo protestos e palestras sobre os efeitos do pó preto sobre a saúde também estão sendo pensadas.

Em um dos trechos do manifesto, as associações destacam que as licenças de

operação da Vale e da ArcelorMittal "são desrespeitadas todos os dias", já que o exercício de tais atividades é permitido em áreas delimitadas específicas, não autorizando que elas extrapolem

os "muros das empresas".

Da mesma forma, o documento reconhece a importância econômica e social das empresas para o Estado, mas pontua: "Tais atividades tem que ser exercidas de maneira sustentável, não podendo a sociedade civil organizada deixar que elas continuem interferindo em seu cotidiano, da maneira como vem acontecendo há tantos anos, ao invadir, com o produto de sua atividade econômica, as residências e pulmões de milhares de munícipes".

Outra ideia das associações é adotar o dispositivo jurídico "amicus curiae" para ingressar no mandado de segurança impetrado pela Vale contra a decisão judicial de interdição do porto de Tubarão, a fim de mostrar os transtornos causados pelo pó preto às comunidades, mesmo sem serem parte no processo.

População percebe queda na poluição

◀ Cinco dias após a paralisação das atividades que envolvem minério de ferro e carvão no Porto de Tubarão, moradores já conseguiram notar a redução da quantidade de pó preto dentro de suas casas.

O presidente da Associa-

ção dos Amigos da Praia de Camburi, Paulo Pedrosa, afirma que mesmo antes da interdição, o pó já havia sido reduzido em função das chuvas. No entanto, desde a última quinta-feira a situação melhorou ainda mais.

Já o diretor da Associa-

ção de Moradores da Ilha do Boi, Renato Pontes, destaca: "A situação mais do que melhorou, agora está tudo limpo".

A impressão é a mesma do engenheiro Mathias José Kreutz, 32. Há dois meses ele e a esposa deixaram o apar-

tamento na Enseada do Suá e se mudaram para a Praia do Canto. Um dos motivos da mudança era o incômodo causado pelo pó. Ao retornar ao local esta semana, Mathias viu a diferença. "Nesses últimos dias não juntou pó mesmo com a janela aberta.

A limpeza que fazemos de dois em dois dias agora poderíamos fazer uma vez por semana", ressalta.

Na casa da economista Martha Ferreira, 61, na Mata da Praia, a redução do pó foi percebida durante a faxina. "Limpamos a casa na quinta-feira e hoje novamente. Quase não encontramos pó preto".

No entanto, o presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi afirma que ainda é cedo para fazer afirmações nesse sentido. "Isso é muito prematuro. Desde a semana passada estamos com chuva e as pilhas de minério e de carvão estão encharcadas. O vento nordeste também está baixíssimo" justifica.

POLUIÇÃO

VALE RECEBE 19 MULTAS, MAS NÃO PAGA NADA

São sanções aplicadas por Vitória, pela Serra e pelo Iema

▄ KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

A Vale possui pelo menos 19 multas aplicadas pelos municípios de Vitória, da Serra e pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) ao longo dos últimos 15 anos e não pagas pela mineradora. Todas estão relacionadas de alguma forma a danos ao meio ambiente.

O cálculo não inclui as cinco multas dadas à empresa na semana passada que somam R\$ 34.236.715,96, mas que ainda estão dentro do prazo de recurso da Prefeitura de Vitória. Na ocasião, a ArcelorMittal também sofreu sanções de igual valor.

Antes dessas multas, a mais alta veio do município da Serra, onde a Vale também não pagou a multa de R\$ 4.602.300,00 aplicada pelo município. A sanção foi por causa de vazamento de óleo na lagoa Pau-Brasil, localizada entre os bairros Hélio Ferraz e Manoel Plaza. “O valor ainda não foi pago e encontra-se inscrito em dívida ativa e em cobrança judicial (ajuizada pelo município)”, informou por nota a Prefeitura da Serra.

Já a Prefeitura de Vitória informou que a mineradora tem em seu histórico 13 autos de infrações, todos de 2001, e igualmente judicializados.

Segundo a prefeitura, a maioria das infrações estão relacionadas a descumprimento de condicionantes



EDSON CHAGAS

Casa limpa

Denise percebeu que a quantidade de pó preto em sua casa diminuiu nos últimos dias. Ela já consegue ficar com as janelas abertas.

“Sinto mais diferença na parte externa. Quando eu limpava a área, a água se tornava lama. Hoje, ela está saindo limpa”

—
DENISE ZAMBELLI
COZINHEIRA, 33

ambientais. A legislação da época previa multa de R\$ 29.451,24 para algumas das situações infracionais listadas pela prefeitura.

Na lista, estão lançamento de efluentes nas lagoas naturais do complexo de Tubarão, emissões atmosféricas nas áreas sem pavimentação e com solo exposto, intensa emissão de material particulado oriunda de pilhas de minério dos pátios G e H, vazão visível na descarga de gases de chaminé.

Também fazem parte dessa lista não apresentar resultados de monitoramento semestral da qualidade das águas subterrâneas subja-

PENALIDADE

R\$ 4,6
milhões

É o valor da multa mais alta aplicada à Vale e ainda não paga pela mineradora. A infração ocorreu na Serra.

centes ao aterro industrial das usinas de pelotização, remoção de parte dos equipamentos de controle com comprometimento da eficiência do sistema destinados ao sistema de exaustão

da moega de grãos (desembarque de vagões) violando condicionantes da licença operacional e não cumprir prazo referente a condicionantes que tratam dos efluentes líquidos lançados no mar de Praia Mole fora dos padrões, oriundos das usinas de pelotização.

O município de Vitória ficou 14 anos sem multar a Vale. O prefeito Luciano Rezende já havia declarado que não havia legislação que padronizasse a aplicação de multas. Isso foi modificado com decreto publicado na semana passada que prevê multa de até R\$ 50 milhões para danos ambientais.

OUTRO LADO

Empresa está recorrendo

▄ A Vale disse que está recorrendo das multas em questão nas instâncias competentes, administrativas ou jurídicas. A empresa reforça ainda que vem atuando e investindo continuamente em seus sistemas de controle ambiental e cumprindo rigorosamente a legislação ambiental vigente.

Menos sujeira em casa

▄ Devido à quantidade de pó preto que chega em seu apartamento, a cozinheira Denise Zambelli, de 33 anos, já evita acumular muitos objetos. Segundo ela, que mora na Praia da Costa, andar com um pano no bolso para fazer a limpeza do ambiente tornou-se um hábito.

“Como as janelas e a varanda tem que sempre ficar fechadas, tive que investir em um ar-condicionado para conseguir trabalhar fazendo doces em casa”, conta ela. No entanto, desde que o porto de Tubarão foi interditado pela Justiça Federal na última quinta-feira, Denise notou uma redução drástica na quantidade de pó. “Antes, quando eu limpava a área, a água se tornava lama. Hoje, ela está saindo limpa”, comemora.

Cinco multas pendentes também com Iema

▄ O Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) aplicou cinco multas à Vale nos últimos três anos, conforme publicado por A GAZETA em julho do ano passado. Nenhuma das multas foi paga e estão em fase de recurso, segun-

do a própria Vale.

Questionada mais uma vez, ontem, sobre as multas, o órgão fiscalizador confirmou os valores de duas das cinco multas. A maior é de 2011, com valor de R\$ 3,36 milhões. A mineradora recorreu da decisão em ou-

tubro do mesmo ano. “A penalidade se deu pela poluição da Praia de Camburi, em Vitória, com minério de ferro, após um incidente na empresa em junho de 2011”, informou a nota divulgada pelo Iema.

No ano passado, a Va-

le foi multada em R\$ 220 mil e recorreu em agosto. O motivo da penalidade foi o lançamento de minério de ferro durante o carregamento do produto, atingindo o ar e o mar na região do Porto de Tubarão, segundo o órgão

fiscalizador.

Questionado, o Iema não informou se aplicou multa a ArcelorMittal, também afetada com a interdição de dois píeres do Complexo de Tubarão. Além disso, não informou se há mais multas além das cinco já divulgadas por A GAZETA em julho do ano passado.